

**Relatório da Oficina sobre Projeto de Mobilização
Social – PMS e Legislação**



GUATAMBU - SC

Fevereiro de 2014

SUMÁRIO

1.	Identificação	3
2.	Objetivo da Atividade	3
3.	Relato da atividade2	3
4.	Metodologia utilizada	4
5.	Encaminhamentos	4
6.	Considerações Avaliativas da Equipe	4
7.	Apêndice	5
7.1.	Relatório Fotográfico	5
7.2.	ATA	7
7.3.	Slides da Apresentação	10

1. Identificação

Data: 11.02.2014

Horário: 09h

Local: Sala de Reuniões do CRAS de Guatambu - SC

Participantes:

Profissionais da Cerne Ambiental: Jackson Casali – Engenheiro Químico e
Fernanda Bottin – Assistente Social

Profissionais da AMOSC: Juliana S. Guarda e Vera Sartoretto

Comitê Diretor Local: Eluzardo Dallastra (Secretaria de Transporte e Obras),
Afonso Mergen (Secretaria de Agricultura),

Sociedade Civil: Anestor da Fonseca.

2. Objetivo da Atividade

Apresentar a legislação que norteia a elaboração do PMGIRS;

Apresentar o Projeto de Mobilização Social;

Divulgar o processo, as formas e canais de participação e informar os objetivos e desafios do PMGIRS;

Disponibilizar as informações necessárias à participação da sociedade nas fases decisórias do Plano;

3. Relato da atividade

O relato da atividade está descrito na ata realizada da oficina, conforme segue anexo a este relatório.

4. Metodologia utilizada

Para a realização desta oficina utilizou-se a metodologia expositiva dialogada do conteúdo por meio de apresentação em equipamento multimídia, estimulando a participação/contribuição dos presentes durante a apresentação.

5. Encaminhamentos

Ficou acordado que os membros do Comitê ficarão responsáveis pela mobilização das lideranças, com intuito de compor o Grupo de Sustentação, e a empresa Cerne Ambiental ficou responsável pela organização da próxima etapa e finalizar o questionário sobre o diagnóstico ambiental.

6. Considerações Avaliativas da Equipe

A atividade realizada pela equipe pretendeu dar continuidade aos trabalhos iniciados na primeira reunião realizada na Amosc. Avalia-se que o objetivo principal da oficina foi atingido, na medida em que os participantes contribuíram trazendo reflexões acerca do contexto do município referente à temática dos resíduos sólidos.

Foi possível identificar e validar os instrumentos para serem utilizados na mobilização social, seja para a formação do grupo de sustentação como para as audiências públicas. Destaca-se que os participantes do Comitê Diretor Local se comprometeram em participar das atividades até o término da elaboração do Plano Municipal.

7. Apêndice

7.1. Relatório Fotográfico





7.2. ATA

ATA nº 001/2014

Aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e quatorze, às nove horas, na sala de Reuniões do CRAS de Guatambu - SC reuniram-se os membros do Comitê Diretor Local, formado pelos servidores públicos municipais: Eluzardo Dallastra (Secretaria de Transporte e Obras), Afonso Mergen (Secretaria de Agricultura), Anestor da Fonseca (Secretaria de Agricultura); representantes da AMOSC: Juliana S. Guarda e Vera Sartoretto, juntamente com membros da empresa Cerne Ambiental: Jackson Casali (Engenheiro Químico) e Fernanda Bottin (Assistente Social). A reunião teve por objetivo dar continuidade à elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, para tanto se dialogou com o Comitê sobre a legislação pertinente à temática, bem como sobre o Projeto de Mobilização a ser implantado. Na explanação, realizada pelo Engenheiro Jackson refletiu-se sobre alguns artigos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/2010. Os membros do Comitê informaram que a prefeitura faz o recolhimento do material reciclável, uma vez por mês, na zona rural e leva os resíduos para uma empresa localizada no município de Chapecó. Relataram que o Consorcio Iberê fez o recolhimento do lixo domiciliar, de dez famílias, pelo período de uma semana, a fim de verificar a diversidade e quantidade do mesmo, sendo que esses dados podem ser utilizados para a elaboração PMGIRS. Considerando a importância do processo participativo para a elaboração do PMGIRS, foram sugeridos alguns instrumentos de mobilização com a finalidade de disponibilizar as informações necessárias à participação da sociedade nas diversas etapas do PMGIRS, à divulgação do processo, das formas de participação e informações dos objetivos e desafios do PMGIRS, e estimular os diversos segmentos sociais a participarem do processo de elaboração e planejamento, do acompanhamento e fiscalização das metas e ações previstas pelo

PMGIRS. Assim, o comitê sugeriu que a melhor forma de mobilizar as pessoas é realizar o convite de casa em casa, envolvendo as pessoas para participar da elaboração do plano. Foram avaliadas as estratégias de mobilização e o Comitê ficou responsável para formar o Grupo de Sustentação, enfatizando a importância de representantes das Secretarias de Assistência Social e Educação. A Assistente Social Fernanda enfatizou sobre a importância de mobilizar os munícipes para que possam participar e contribuir com o PMGIRS de forma ativa, uma vez que o plano não se constitui apenas como um trabalho técnico, mas precisa ser aplicado no dia do a dia. Foi apresentado o portal web específico do município, sendo mais uma ferramenta para a elaboração do plano e foi sugerido pela equipe para inserir o link do portal do PMGIRS na página da prefeitura - <http://www.pmgirsamnor Oeste.com.br/guatambu/>. Em seguida foi apresentado um vídeo com uma mensagem ambiental para reflexão acerca da responsabilidade de cada um quanto à destinação correta dos resíduos. Para finalizar, apresentou-se o questionário que o Comitê deverá responder para a Cerne Ambiental poder apresentar o diagnóstico do município na próxima oficina. Na oportunidade foram entregues ao Comitê Diretor o Plano de Trabalho e o Projeto de Mobilização Social. Nada mais havendo a tratar, eu Fernanda Bottin, lavrei a presente ata que será encaminhada para apreciação dos representantes das prefeituras e terá em anexo a lista dos presentes.



LISTA DE PRESENÇA

Assunto: Oficina do Projeto de Mobilização Social de Legislação

Data: 11/02/14

Horário: _____

Local: SRAS

Município: Guatambu

Nome	Secretaria	Telefone	e-mail
ELVARDO DALLASTA	TRNSP OBRAS	99176918	
Alfonso Mayer	Agricultura	33360054	
Juliano S. Guanda	CIDEMA/AMOSC	3319 3232	pmo@guatambu.sc.gov.br
VERA SIROBERTO	AMOSC	3319-3332	fundao@amosc.org.br
Anastacia Sauer	Sec. Agricultura	33360054	Agricultura@guatambu.sc.gov.br

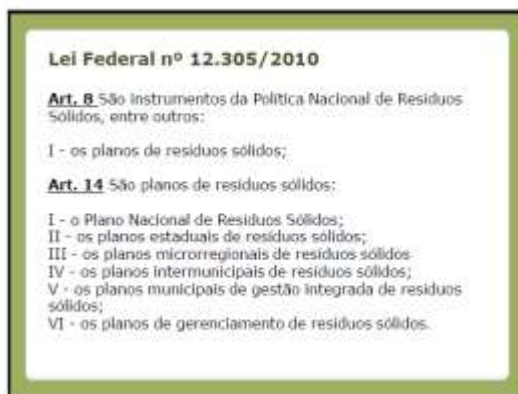
7.3. Slides da Apresentação



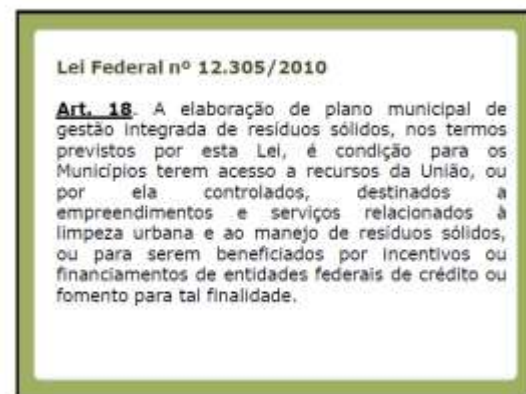

Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS
AMOSC
Guatambu



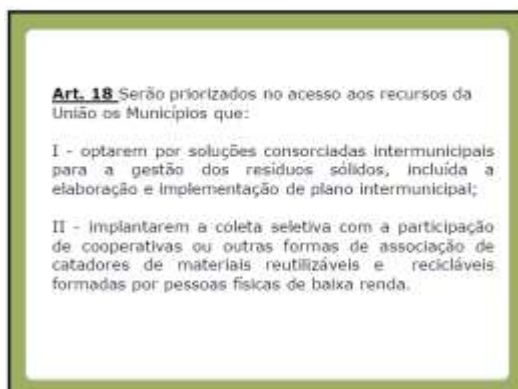

LEGISLAÇÃO ACERCA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS
Lei Federal nº 12.305/2010:
✓ Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
✓ Dispõe sobre os princípios, objetivos e instrumentos;
✓ Coloca as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.
"Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas *físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos*".



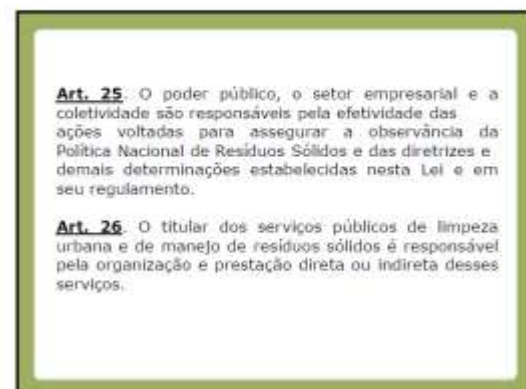
Lei Federal nº 12.305/2010
Art. 8 São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:
I - os planos de resíduos sólidos;
Art. 14 São planos de resíduos sólidos:
I - o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;
II - os planos estaduais de resíduos sólidos;
III - os planos microrregionais de resíduos sólidos;
IV - os planos intermunicipais de resíduos sólidos;
V - os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos;
VI - os planos de gerenciamento de resíduos sólidos.



Lei Federal nº 12.305/2010
Art. 18 A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.



Art. 18 Serão priorizados no acesso aos recursos da União os Municípios que:
I - optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal;
II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.



Art. 25 O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.
Art. 26 O titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços.

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

- I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, seja resíduo perigoso;
- II - pilhas e baterias;
- III - pneus;
- IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Art. 47. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- I - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- II - lançamento **in natura** a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

Demais Legislações:

• **Lei Estadual nº 11.376/2000**

Estabelece a obrigatoriedade da adoção de plano de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde.

• **Lei Estadual nº 11.347/2000**

Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final de resíduos sólidos potencialmente perigosos.

• **Lei Estadual nº 12.375/ 2002** - Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final de pneus descartáveis;

• **Lei Estadual nº 12.863/2004**

Dispõe sobre a obrigatoriedade do recolhimento de pilhas, baterias de telefones celulares, pequenas baterias alcalinas e congêneres, quando não mais aptas ao uso.

• **Lei Estadual nº 14.675/ 2009** - Institui o Código Estadual do Meio Ambiente;

INTRODUÇÃO À MOBILIZAÇÃO SOCIAL




- A mobilização é um instrumento imprescindível para fomentar ou desencadear a participação.
- "Toda mobilização é mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo pre-definido, um propósito comum, por isso é um ato de razão. Pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que convém a todos" (TORO, 1996: 11).
- A participação dos sujeitos sociais, caracteriza-se como instrumento de fundamental relevância para a efetivação da democracia;
- Objetiva-se, que a sociedade civil, através da cultura política cidadã e participativa, ocupe espaços que forjam a democracia participativa, o controle social e as instâncias de decisão.
- O processo de participação atua como mecanismo facilitador de transformação social, pois eleva os sujeitos à condição de protagonista de sua própria história.

LEGISLAÇÃO



- Lei Federal nº 10.257/2001 conhecida como Estatuto da Cidade, que introduz nos seus objetivos da política urbanística, a gestão democrática com participação das comunidades na formulação, execução e acompanhamento dos planos de desenvolvimento urbano (art. 2º, III);
- Lei Federal nº 12.305/2010 que define o controle social como um dos princípios norteadores da Política Nacional de Resíduos Sólidos (art. 5º, X4);
- Lei Federal nº 11.445/2007 que define o mecanismo institucional de controle social como um dos princípios fundamentais que devem nortear os serviços públicos de saneamento básico.

OBJETIVOS do PMS 

- A disponibilização das informações necessárias à participação da sociedade nas diversas etapas do PMGIRS;
- A divulgação do processo, das formas de participação e informações dos objetivos e desafios do PMGIRS;
- Estimular os diversos segmentos sociais a participarem do processo de elaboração e planejamento, do acompanhamento e fiscalização das metas e ações previstas pelo PMGIRS.

FOCO DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL 

- Secretarias e departamentos do setor público;
- Conselhos Municipais de Políticas Públicas e de Direitos;
- ONGs;
- População/sociedade local/lideranças comunitárias;
- Instituições de ensino;
- Associações e/ou organizações comunitárias;
- Movimentos sociais;
- Instituições religiosas;
- Associação de catadores de materiais recicláveis;
- Organizações/instituições do setor privado.

INSTRUMENTOS A SEREM UTILIZADOS NA MOBILIZAÇÃO SOCIAL 

- Projeto de Mobilização;
- Oficinas e Audiências públicas;
- Cartazes e conyites;
- Meios de comunicação local (jornais, rádios, TV...);
- Carros de Som;
- Divulgação e utilização do portal web específico para o PMGIRS;

PRÁTICA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL 

- Criação de Comitê Diretor Local pela Prefeitura Municipal;
- Formação do Grupo de Sustentação;
- Oficina/capacitação sobre o PMGIRS;
- Mobilização em escolas, universidades, comércio local, dentre outros;

PORTAL WEB 
www.pmgirsamosc.com.br



PORTAL WEB 

BEM VINDO AO PORTAL DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS







CRONOGRAMA		
Atividade	Objetivo	Data
Oficina sobre o PMS e legislação	Apreensão do PMS e legislações sobre os resíduos sólidos e estimular a formação do grupo de sustentação	Janeiro 2014
Oficina de apresentação do diagnóstico	Apresentar o diagnóstico e coletar contribuições de comitê	Março 2014
Audiência de validação do diagnóstico municipal	Apresentação do diagnóstico para sua validação	Março 2014
Oficina de análise de possibilidades de gestão associada	Realizar debate com o comitê diretor sobre as possibilidades de gestão associada	Abril 2014
Audiência de validação de gestão associada e das responsabilidades públicas e privadas	Apresentação das possibilidades e desafios da gestão associada	Maio 2014
Oficina do PMGIRS	Construção da proposta do PMGIRS, através das contribuições do comitê gestor local	Maio 2014
Audiência de apresentação e validação do PMGIRS	Apresentação do PMGIRS	Junho 2014
Oficina sobre implementação de divulgação do PMGIRS	Apresentação final do PMGIRS e formas de implementação	Julho 2014



CERNE
ambiental
engenharia e consultoria logística

CHAPECÓ - SC

AVENIDA NEREU RAMOS 750, SALA 1305A, CENTRO
49 3329 3419
www.cerneambiental.com
planoderesiduos@cerneambiental.com

OBRIGADO!